

## Salário mínimo 2021 vai mudar pagamento de quais benefícios do INSS? Veja aqui



Imagem: Google

Previsão do salário mínimo de 2021 não deverá favorecer os segurados do INSS. De acordo com as estimativas realizadas pelo governo federal, o piso nacional deverá ser reajustado com um acréscimo de R\$ 22 em relação ao atual valor de R\$ 1.045. Desse modo, além de alterar o pagamento dos trabalhadores, aposentados e pensionistas também terão suas rendas modificadas. Saiba quem será afetado.

O reajuste do salário mínimo é feito anualmente mediante as variações da inflação. Para a definição do pagamento a ser oferecido a partir de 2021, o governo aplicou um reajuste de 2,10%, desse modo o piso nacional deverá ser de R\$ 1.067.

Para os segurados do INSS a quantia não será o suficiente e o teto máximo deixará de ser de R\$ 6.101,06 para R\$ 6.229,18.

Como funciona o reajuste?

Os pagamentos do INSS são feitos com base no piso nacional. Esse é um dos motivos pelos quais o governo federal reluta para fazer grandes

reajustes. Quanto maior for o salário mínimo, mais pesada fica sua folha de pagamentos.

No caso de quem recebe a aposentadoria, BPC e auxílio reclusão, a mudança é feita automaticamente pelo valor total tendo em vista que o pagamento mínimo de tais benefícios é o do piso nacional.

Já no caso de outros depósitos como aqueles referente ao auxílio doença, salário família, entre outros, também há mudanças, mas de forma indireta.

Nesses benefícios o valor tem como piso o salário mínimo, porém não há uma obrigatoriedade de conceder a quantia por total. O cálculo varia de acordo com a situação previdenciária de cada cidadão.

### **Reajuste no salário mínimo não trará alterações altas**

A considerar a inflação de 2019, dimensionada a partir da crise econômica do novo coronavírus, o valor do salário mínimo será insuficiente.

Pesquisas mostram que o pagamento deveria ser até 5 vezes maior do que a atual quantia concedida. Para fazer tais cálculos, os estudos levam em consideração informações como o valor da cesta básica que vive a maior alta de sua história.

Questionado a respeito, o governo afirmou que o momento é de crise tanto para a população quanto para a gestão pública, alegando que não há recurso em caixa para um reajuste maior.

Fonte: EDUARDA ANDRADE – SITE FDR

# Sistemas de informática do STJ voltam a funcionar, mas sessões são adiadas

O Superior Tribunal de Justiça anunciou nesta segunda-feira (9/11) que seus sistemas de informática foram parcialmente restabelecidos, mas isso não significa dizer que a vida na corte voltará imediatamente ao normal. As seis turmas do STJ tinham sessões por videoconferência marcadas para esta terça-feira (10/11), mas todas foram adiadas.



## Aos poucos, a vida no Superior Tribunal de Justiça vai voltando ao normal STJ

Segundo o tribunal, a decisão foi tomada porque ainda há instabilidades pontuais e também para assegurar todas as garantias às partes.

As últimas sessões das turmas foram interrompidas no dia 3 por causa do ataque cibernético que atingiu a rede informatizada do STJ. Desde então, as decisões de urgência passaram a ser tomadas pelo presidente da corte, ministro Humberto Martins. Com a normalização do acesso de magistrados e servidores ao Sistema Justiça e a outras funcionalidades, a partir desta terça-feira, a

análise das petições retornará aos relatores originais dos processos.

Além disso, os prazos processuais, que estavam suspensos, voltarão a fluir e a distribuição dos processos também voltará a ser feita regularmente.

De acordo com a corte, a investigação do ataque cibernético por ela sofrido está sob a responsabilidade da Polícia Federal e corre em sigilo. Com informações da assessoria de imprensa do STJ.

Fonte: CONJUR

# Caixa inicia Programa de Desligamento Voluntário de 2020

**A previsão da Caixa é a adesão de mais de 7.200 empregados. Desligamentos acontecerão entre 23 de novembro e 31 de dezembro**



Começa nesta segunda-feira (9) o prazo para os empregados da Caixa aderirem ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV). A medida visa adequar o banco à Emenda Constitucional nº103, da reforma da previdência. As adesões podem ser feitas até 20 de novembro e os desligamentos acontecerão entre 23 de novembro e 31 de dezembro. A previsão da

Caixa é a adesão de mais de 7.200 empregados.

De acordo com a Caixa, os empregados que aderirem ao PDV receberão o incentivo financeiro equivalente a 9,5 Remunerações Base (RB).

Ficaram de fora do PDV os empregados impactados pela emenda nos termos do RH 229. Nessa lista estão os trabalhadores que se

aposentaram entre 13 de novembro de 2019 e 5 de novembro de 2020 e aqueles com 75 anos ou mais. Para a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa), Fabiana Uehara Proscholdt, os maiores de 75 anos não deveriam ser excluídos do Programa. “Entendemos que eles não poderiam ser excluídos uma vez que não tem uma lei complementar que trate especificamente sobre o assunto”, afirmou.

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) recorda que a Caixa segue retirando empregados da empresa sem repor. O déficit de empregados na empresa chega a 17 mil. “Nessa pandemia vimos a importância da Caixa. Os empregados fizeram um grande trabalho e mostraram que a Caixa é imprescindível. Mas os trabalhadores estão cansados, a jornada está exaustiva e a falta de trabalhadores também agrava a situação”, afirmou o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

**Para aderir, é preciso atender ao menos uma das condições do PDV. Veja abaixo:**

- Os empregados que se aposentaram antes de 13 de novembro de 2019 (data em que entrou em vigor a Emenda Constitucional 103/2019, da Reforma da Previdência, que prevê a extinção do vínculo empregatício de empregados de empresas públicas que se aposentarem a partir da vigência da Emenda);
- Os empregados que recebem adicional de incorporação;
- Os empregados aptos a se aposentar até 31 de dezembro de 2020, que solicitem a aposentadoria ao INSS após 6 de novembro de 2020.
- Ter 15 anos ou mais de efetivo exercício na Caixa.

## Saúde Caixa

Os empregados que aderirem ao PDV, poderão manter o Saúde Caixa. Mas também é preciso cumprir alguns requisitos.

O Saúde Caixa será mantido por prazo indeterminado para os empregados que:

- Empregados que se aposentaram durante o vínculo empregatício com a Caixa, até 13 de novembro de 2019;
- Empregados que entraram na condição de aposentado e possuíam, na data do desligamento, 120 meses ou mais de contribuição ao plano;
- Empregados que se aposentarem após o PDV – 6 de novembro – e com data de início anterior à data da rescisão do contrato de trabalho com a Caixa. Neste caso, a Carta de Concessão deve ser apresentada até 31 de agosto de 2022.

Para os outros empregados da Caixa que não fazem parte dos grupos citados acima, o Saúde Caixa será mantido por 24 meses.

FONTE: CONTRAF

# Proposta dispensa prova de vida para beneficiário do INSS que usa biometria no banco

**Hoje todos os segurados têm que provar que estão vivos uma vez por ano**

**Compartilhe Versão para impressão**



**Ayub: o uso da biometria para receber o benefício já prova que o segurado está vivo**

O Projeto de Lei 2466/20 dispensa a prova de vida para aqueles que recebem benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos bancos com uso de biometria. Além disso, autoriza o INSS a consultar a Receita Federal antes de suspender o pagamento.

O texto em tramitação na Câmara dos Deputados altera a Lei Orgânica da Seguridade Social. Atualmente, essa norma exige, anualmente, a prova de vida a ser feita nos bancos, por meio de biometria ou processo que assegure a identificação da pessoa.

“Proponho que a prova de vida para o

INSS seja feita pela instituição financeira no momento em que a pessoa recebe o benefício com o uso da impressão digital, o que comprova que ela está viva”, explicou a autora, deputada Norma Ayub (DEM-ES).

## **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# TCU recomenda ao governo aumentar valor da cesta básica para bancar Renda Cidadã

**A recomendação do Tribunal é para governo Bolsonaro acabar com a renúncia de impostos que incidem sobre produtos da cesta básica, o que aumentaria os preços, e assim conseguir recursos para financiar programa**

FABIO RODRIGUES POZZEBOM



Com mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, a inflação em disparada, além da redução do valor do auxílio emergencial, que acaba em dezembro, e o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda recomenda ao governo Federal a volta da cobrança de impostos sobre produtos que compõem a cesta-básica. Na recomendação, os ministros do TCU também pediram ao governo uma estimativa de quanto poderia ser arrecadado com a extinção das desonerações sobre a cesta básica.

A ideia deles é que com o dinheiro arrecadado o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) reforce o caixa do Renda Cidadã, programa eleitoreiro com a logo do atual governo, que deve substituir o Bolsa Família.

É mais um movimento deste governo para penalizar os mais pobres, que já estão sofrendo as consequências da pandemia que agravou a crise econômica, e fez explodir as

taxas de desemprego, afirma o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior, ressaltando que as medidas do governo sempre beneficiam os empresários.

“Manteve-se a desoneração da folha para as empresas compreendendo que o momento não é de mudanças bruscas no que estava se operando. O mesmo deve ser feito em relação às desonerações que beneficiam os mais pobres”, afirma.

A justificativa do TCU é a de que a desoneração não cumpre seu papel social de redução de desigualdades. O cálculo frio do TCU não leva em consideração os milhões de brasileiros que foram excluídos do Bolsa-Família por Bolsonaro, tampouco o desemprego e a falta de renda, nem o subemprego com rendimentos insuficientes para sobreviver. Em 2019, com a isenção, dizem, o governo deixou de arrecadar em torno de R\$ 32 bilhões, enquanto o custo do Bolsa Família foi de cerca de R\$ 30,1 bilhões.

## **Falta clareza**

Segundo o economista da subseção do Dieese da CUT, Clovis Scherer, o relatório do TCU mostra que os setores beneficiados pela desoneração da cesta se concentram nas regiões Sul e Sudeste do país, mas se referem às empresas que produzem os alimentos e não sobre o consumidor final, ou seja, os trabalhadores.

“Eles descrevem a distribuição regional das empresas dos setores beneficiados pela desoneração da cesta básica. Quanto aos consumidores, naturalmente a distribuição dos beneficiados pela desoneração da cesta vai refletir na população de cada região e a concentração populacional no Sudeste é natural”, diz o economista.

Por isso, segundo Scherer, o TCU deveria apresentar estudos mais detalhados sobre os impactos de uma eventual volta dos impostos. Ele afirma ainda que o TCU não leva em consideração de que há muitas famílias que não estão no programa Bolsa-Família e que, por isso, seriam prejudicadas com o aumento da cesta básica, entre elas uma parcela de trabalhadores que perdeu a fonte de renda durante a pandemia, alguns dependem exclusivamente do auxílio emergencial que será pago só até dezembro.

“Uma eventual reoneração pode agravar o problema enfrentado por milhões de famílias que não estão no Bolsa-Família e ficaram sem renda durante a pandemia, dependendo exclusivamente do auxílio-emergencial, que a dupla Bolsonaro e Guedes quer extinguir em dezembro”, afirma o economista.

O economista ressalta ainda as altas nos preços dos alimentos, que fizeram a inflação disparar e atingir 0,86% em outubro, o maior resultado para o mês desde 2002, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Uma eventual reoneração pode agravar o problema dos altos preços da alimentação que já estamos observando. E neste caso, com impactos muito generalizados no custo de vida e na segurança alimentar da população”, pontua Clovis Scherer.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

## **Manobra política**

Em entrevista ao Reconta Aí, o advogado e professor de Direito Econômico da Universidade Mackenzie, Rodrigo Salgado, explica que o TCU se manifesta após haver provocações, que podem ser tanto do Congresso quanto do próprio governo.

De acordo com o professor, uma das razões para que esse tipo de recomendação ocorra é para “esquentar uma necessidade política: o Executivo, por exemplo, não quer comprar o desgaste de tributar a cesta básica, joga no colo do Congresso, que passa para o TCU e aí diz ‘é um problema técnico, não tem jeito, tem que tributar’”, ele diz.

No caso da cesta-básica, é intenção do governo acabar com a isenção de impostos. Em julho deste ano eles tentaram emplacar um projeto de aumento de impostos da cesta-básica, justamente para bancar o Renda Cidadã, mas a repercussão negativa fez Bolsonaro voltar atrás.

Ainda de acordo com Rodrigo Salgado, ampliar o programa Bolsa-Família e manter a desoneração não são necessariamente opções excludentes e por isso, as posições do TCU “não necessariamente deixam de ser políticas”.

***O Brasil tentando se recuperar, discutindo desoneração de folha de pagamento, e volta-se a discutir tributação da cesta? É hora de fazer as pessoas gastarem, não tirar dinheiro, especialmente dos mais pobres- Rodrigo Salgado***

\*Edição: Marize Muniz

Fonte: Escrito por: Andre Accarini - CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF